



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE  
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Autos nº : 1095016**

**Natureza: Representação**

**Ofício nº : 6745/2021**

**MARCOS VINÍCIUS DA SILVA BIZARRO**, brasileiro, divorciado, médico, estando Prefeito de Coronel Fabriciano/MG, filho de Marco Antônio Porto Bizarro e de Maria Lourdes da Silva Bizarro, portador do CPF nº 687.262.440-04 e do RG nº 3.054.191.998 SSP/RS, residente e domiciliado na Rua João Alves Filho, nº 55, Bairro Belvedere, Coronel Fabriciano/MG, CEP 35.170-371, vem, à presença de Vossa Excelência, em tempo e modo, expor e requerer o seguinte:

Apraz-me cumprimentá-lo por meio deste, reporto-me ao ofício em referência, no sentido de informar que já foi instaurado o Processo Administrativo Disciplinar em face da servidora aposentada **Heloísa Rodrigues Bittar Hauck**, conforme Portaria nº 2.649/2021 (cópia anexa).

Diante do exposto, requeiro a juntada do referido documento.

*Coronel Fabriciano/MG, 31 de maio de 2021.*

**Marcos Vinícius da Silva Bizarro**  
**Prefeito do Município de Coronel Fabriciano/MG**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

**PORTARIA Nº. 2.649, DE 27 DE MAIO DE 2021.**

*Nomeia a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar e de Sindicância e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano, no uso de suas atribuições, com fundamento na Lei Orgânica do Município e no art. 199 da Lei Municipal nº. 1548/1978, tendo em vista os fatos noticiados no **Processo Administrativo de nº. 006657/2021** o qual visa apurar se a servidora **HELOÍSA RODRIGUES BITTAR HAUCK**, no período de Julho/2008 a Abril/2018, prestou os serviços públicos para os quais foi admitida/contratada.

Considerando as supostas práticas de infrações administrativas e de possível lesão ao erário público, o que fere inclusive o Estatuto do Servidor Municipal de Coronel Fabriciano **determino** a instauração do presente processo administrativo em face de **HELOÍSA RODRIGUES BITTAR HAUCK**, matrícula 123.250, a fim de apurar as condutas que lhe são imputadas, em respeito ao contraditório e a ampla defesa, assim,

## **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Constituir Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância para atuar no âmbito da Administração Municipal de Coronel Fabriciano, que tem por objetivo apurar eventuais irregularidades administrativas e as responsabilidades:

I – por atos praticados por servidor da Administração Municipal, no exercício de suas atribuições;

II – decorrentes de atos e contratos administrativos, em conformidade com a legislação vigente;

**Art. 2º.** A Comissão Especial de que trata o artigo anterior será composta pelas servidoras Mariana Gonçalves de Souza Silva, TNS II/Advogado, matrícula 173.447, Daniele Cristina Kleaim Teixeira, Oficial de Administração, matrícula 148.103, e Fernanda de Souza Reis Alves, Oficial de Administração II, matrícula 173.630.

**Parágrafo único – Fica designada a servidora Mariana Gonçalves de Souza Silva, TNS II/Advogado, matrícula 173.447, para presidir a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar e de Sindicância.**

**Art. 3º** - Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos referentes aos processos a ela encaminhados, bem como deverá colher quaisquer depoimento e demais provas que entender pertinentes.

**Art. 4º** - As comissões exercerão suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo quando o interesse público assim o exigir.

§ 1º - O sigilo poderá ser decretado pela autoridade que ordenar a abertura da sindicância ou a instauração do processo administrativo.

§ 2º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter público, salvo na hipótese de sigilo decretado pela autoridade competente.

**Art. 5º** - A comissão reunir-se-á para decidir as questões relativas às sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como proceder à instrução dos feitos, de acordo com a necessidade dos trabalhos.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Parágrafo único - Ficar impedido de funcionar no feito o membro da comissão que for cônjuge, companheiro, parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, bem como que estiver lotado no mesmo departamento ou divisão que o acusado.

**Art. 6º.** À Comissão Especial de Processo Disciplinar e de Sindicância é assegurada autonomia para o desenvolvimento de suas funções, competindo-lhe Instaurar e Instruir o respectivo procedimento administrativo, zelando pelo princípio do devido processo legal, para, ao final, observando o contraditório, tomar as providências que os casos vierem a requerer, devendo ultimar cada trabalho através de relatório circunstanciado no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo este prazo ser prorrogado, mediante justificativa.

Parágrafo Único – Compete ainda à Comissão Especial de Processo Disciplinar e de Sindicância:

I – conduzir os procedimentos apuratórios, além de proferir e divulgar as decisões conclusivas;

II – elaborar e expedir editais, notificações, atas, relatórios e demais documentos relativos aos seus atos;

III – proceder às revisões e avaliações acerca dos próprios atos praticados, promovendo as diligências, quando necessário;

IV – solicitar aos órgãos e unidades da Administração Municipal, sempre que necessários documentos e pareceres que subsidiem as finalidades e atividades da comissão;

V – receber, informar e encaminhar recursos aos órgãos competentes.

**Art. 7º** - Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, na forma do art. 206 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Municipal nº. 1548/1978), devendo ser citado o investigado na forma da lei para oferecer defesa.

**Art. 8º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Fabriciano, 27 de maio de 2021.

**MARCOS VINÍCIUS DA SILVA BIZARRO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**